

O montante, o destino e a relevância dos gastos social e financeiro no estado do Piauí no período de 2015-2022

The amount, destination and relevance of social and financial spending in the state of Piauí in the period 2015-2022

Alexandre Silva Gonçalves Sousa¹
Juscelino Rodrigues Caldas²

Resumo: O artigo teve como objetivo analisar o montante, o destino e a relevância dos gastos social e financeiro no estado do Piauí no período de 2015-2022. Para tanto realizou pesquisa documental sobre a execução orçamentária da despesa, junto aos sítios eletrônicos dos governos estaduais. Os valores nominais disponíveis da execução orçamentária foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), tendo como ano-base 2022.

Palavras-chave: Fundo Público; Gasto Social; Gasto Financeiro.

Abstract: The article aimed to analyze the amount, destination and relevance of social and financial expenditures in the state of Piauí in the period 2015-2022. To this end, it carried out documentary research on the budgetary execution of the expenditure, along with the electronic sites of the state governments. The available nominal values of the budget execution were deflated by the General Price-Internal Availability Index (IGP-DI) of the Getúlio Vargas Foundation (FGV), with the base year 2022.

Keywords: Public fund; Social spending; Financial expense.

Introdução

Uma das despesas que mais comprometem as contas públicas brasileiras são os gastos financeiros referentes ao pagamento do serviço da dívida pública interna e externa. Nesse sentido, o dilema do orçamento público no Brasil não se encontra na dicotomia despesas de capital versus

¹ Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), email: le_lo_ale@hotmail.com.

² Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), email: juscalrod@gmail.com

despesas correntes, ambas fundamentais e necessárias para o desenvolvimento econômico e social do país, mas, sim, na contradição entre as despesas não financeiras e financeiras.

Na última década, cada vez mais os gastos sociais, maior parte das despesas não financeiras, perderam prioridade para outras áreas orçamentárias na agenda dos governos, principalmente, para o gasto financeiro, independentemente da matriz partidária presente.

Nesse cenário de redução gradativa das despesas não financeiras e incremento das financeiras na periferia do capitalismo brasileiro, qual foi o comportamento dos gastos social e financeiro nos estados do estado do Piauí no período de 2015-2022? Para respondê-la analisou o montante, o destino e a relevância dos gastos social e financeiro no Estado no período de 2015-2022.

A pesquisa analisou a despesa orçamentária empenhada pelo Estado, a partir de três variáveis: a) o montante do gasto orçamentário total, da despesa não financeira (DNF) e da despesa financeira (DF); b) o montante e o destino dos gastos social e financeiro, a partir da evolução da participação de cada função/subfunção orçamentária no total dos gastos social e financeiro; e c) a relevância dos gastos social e financeiro na agenda governamental, a partir de suas relações com a população, PIB estadual e despesa orçamentária total.

As informações orçamentárias coletadas e analisadas no período foram retiradas do Balanço Geral do Estado contido no sítio eletrônico da secretaria de fazenda e planejamento do respectivo Estado. Os valores nominais disponíveis da execução orçamentária foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), tendo como ano-base 2022. Por questões metodológicas, o valor referente ao refinanciamento da dívida pública interna e externa não foi contabilizado na despesa financeira, haja vista não gerar desembolso efetivo aos Estados, pelo contrário, é um artifício contábil para registrar no orçamento geral a promessa de futuros pagamentos.

A apresentação desse artigo é parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla em andamento sobre a disputa entre o capital e o trabalho pelos recursos do fundo público no nordeste do Brasil realizada pelo Observatório do Fundo Público.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo foi dividido em duas seções: a primeira faz uma discussão teórica sobre Estado e fundo público: a disputa pelo gasto público no Brasil; a segunda, analisa o comportamento das variáveis de montante, destino e relevância dos gastos social e financeiro no estado do Piauí para evidenciar os interesses priorizados pelo governo estadual.

2 Estado, orçamento público e gasto público no Brasil

O Estado no capitalismo é um aparelho repressor e ideológico, que tem na função política a necessidade de “garantir a unidade da formação social com dominância política de uma classe ou fração de classe, utilizando a ideologia jurídico-política para escamotear os interesses gerais do povo ou nação” (ALENCAR JÚNIOR, 2021, p. 31).

Essa perspectiva marxista de Estado, defendida por Althusser (1999) e Poulantzas (1977), se contrapõe a concepção dos clássicos do liberalismo, em que afirmavam que o Estado era neutro, pois agia no sentido de garantir o bem-estar de todos. Para esses autores, o Estado capitalista é parcial e está a serviço de uma classe ou fração de classe dominante, a burguesia, e suas frações em disputa pela hegemonia do bloco no poder.

No entanto, para garantir a unidade da sociedade capitalista e a dominância da burguesia e de suas frações, o Estado capitalista precisa regular um equilíbrio instável de compromissos entre “classes com interesses econômicos colidentes” (ENGELS, 1985, p. 191). A regulação desse equilíbrio, segundo Poulantzas (1977), seria realizada sempre que o poder político estatal precisasse fazer concessões econômicas à classe dominada, a trabalhadora, contrária às da classe dominante, mas necessárias para não colocar em risco a hegemonia da classe ou fração de classe dominante.

Nesse sentido, as políticas sociais surgem com esse propósito, de fazer concessões econômicas para a classe dominada, na perspectiva de mascarar os conflitos de classes no interior da sociedade capitalista e manter um aparente equilíbrio de compromissos.

Os anos 1930 são marcados por um forte crescimento nos gastos públicos, em especial nos gastos sociais, com a emergência e o desenvolvimento do Welfare State no centro capitalista, na Europa Ocidental, e seu simulacro nos países da periferia do capitalismo mundial.

A partir de então o fundo público, toda a capacidade que o Estado tem de angariar recursos para financiar suas políticas públicas, passa ser central no processo de acumulação capitalista. Passa a cumprir uma dupla função: reproduzir o capital e, ao mesmo tempo, reproduzir a força de trabalho, como dizia O'Connor (1977). A primeira através de recursos públicos destinados a aumentar a rotatividade do capital, através de investimentos na infraestrutura, em compras públicas, subsídios, aumento do gasto tributário para o capital, redução do custo da força de trabalho com o aumento dos gastos sociais; e o segundo, com a ampliação dos gastos financeiros com o serviço da dívida pública, forma de aumentar o lucro capitalista para contrarrestar a queda tendencial da taxa de lucros.

A expressão mais objetiva do fundo público é o orçamento público, arena de disputa política pelos recursos públicos entre as classes e frações de classes. Segundo OLIVEIRA (2009), o orçamento é uma peça por meio da qual a sociedade decide, através dos seus representantes políticos, o destino dos gastos públicos e a origem dos recursos para financiá-los.

O orçamento é composto pela receita, que expressa a entrada de recursos públicos, de acordo com Giacomoni (2009), e pela despesa pública, “um dispêndio de recursos do patrimônio público,

representado essencialmente por uma saída de recursos financeiros, imediata – com redução de disponibilidades – ou mediata – com reconhecimento dessa obrigação”, segundo Piscitelli e Timbó (2014, pág. 157).

A despesa, objeto desse artigo, pode ser classificada de diversas maneiras: segundo a natureza econômica, por grupos de natureza da despesa, por funções e subfunções, isto é, por áreas do gasto (PISCITELLI e TIMBÓ, 2014). E ainda podem ser em não financeiras ou financeiras.

As despesas não financeiras são compostas por gastos com a manutenção da máquina pública, com investimentos e com os gastos sociais. Os gastos sociais aqui relatados são os gastos com a Previdência Social, Assistência Social, Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Gestão Ambiental, Direitos da Cidadania, comunicações e Desporto e Lazer.

As despesas financeiras são compostas pelos gastos com o Serviço da Dívida Interna e o Serviço da Dívida Externa. Nelas não estão inclusas o refinanciamento da dívida pública piauiense.

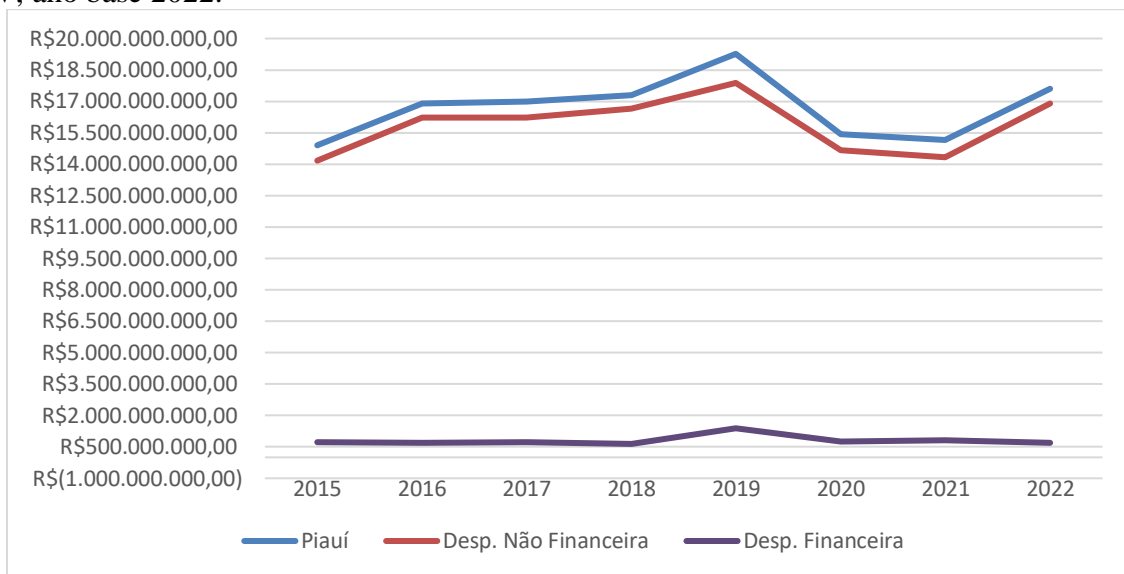
3 O montante, o destino e a relevância do gasto social e financeiro no Piauí

O objetivo dessa seção é evidenciar o comportamento do montante, do destino e da relevância dos gastos social e financeiro no estado do Piauí, no período 2015 a 2022, a fim de verificar as prioridades do gasto público piauiense no quinquênio anterior a pandemia de Covid-19.

3.1 O montante e a composição do gasto público no estado do Piauí

O estado do Piauí fica situado no nordeste do Brasil, com uma área territorial de mais de 251 mil km², 16,18% da área territorial da região Nordeste, sendo a terceira maior da região. Tinha uma população de 3,1 milhões de habitantes em 2010, o segundo Estado menos populoso do Nordeste e com um contingente populacional com domicílio na zona rural de 34,33%, só abaixo do estado do Maranhão, que possui o maior número de domiciliados na zona rural. Possuía um produto interno bruto (PIB) de R\$ 22,2 bilhões, com uma participação de 4,26% no PIB da região, o Estado com a menor produção do Nordeste. Tinha menos da metade da sua população ocupada, apenas 1,4 milhão de pessoas, o sexto Estado com o pior desempenho. O rendimento médio mensal real das pessoas ocupadas era de R\$ 1.037,00, superior apenas ao estado do Ceará e com o pior índice de Gini (0,566) da região em 2013. Foi o segundo Estado com menor arrecadação tributária e o primeiro com maior dependência das transferências de receitas da União, no período de 2007 a 2014 (ALENCAR JÚNIOR, 2021).

Gráfico 1: Evolução do montante da Despesa Orçamentária Total, da Despesa Não Financeira e Despesa Financeira do estado do Piauí no período 2015-2022, em R\$ 1,00 e deflacionado pelo IGP-DI da FGV, ano base 2022.



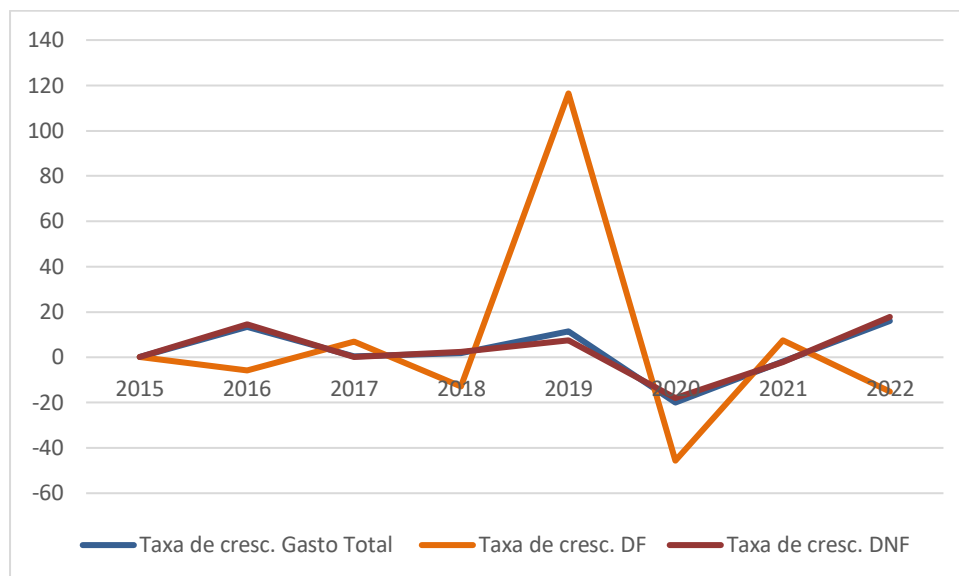
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Balanço Geral do Estado 2015-2022.

Portanto, o Estado do Piauí se configura como um dos Estados menos dinâmicos economicamente na região Nordeste. Assim, no contexto periférico do capitalismo nordestino, como foi a evolução do montante do gasto orçamentário, da despesa não financeira e financeira no estado do Piauí no período de 2015 a 2022?

O montante do gasto estadual foi de R\$ 14,9 bilhões em 2015, R\$ 16,91 bilhões em 2016, R\$ 16,73 bilhões em 2017, R\$ 17,28 bilhões em 2018; R\$ 19,26 bilhões em 2019; R\$ 15,41 bilhões em 2020; R\$ 15,15 bilhões em 2021; e R\$ 17,58 bilhões em 2022. Um aumento de 18,02% conforme o gráfico 1.

Quando analisado ano a ano, a taxa de crescimento do montante do gasto expandiu 13,49% no biênio 2015-2016, desacelerou para 0,37% no período 2016-2017; continuou com um ritmo baixo de crescimento atingindo 1,81% no biênio 2017-2018; cresceu 11,49% no período 2018-2019; decresceu 19,98% no período 2019-2020; caiu 1,71% no período 2020-2021: e recuperou seu crescimento 16,04% no período 2021-2022, de acordo com o gráfico 2.

Gráfico 2: Evolução da taxa de crescimento (%), ano a ano, do montante da Despesa Orçamentária e das Despesas Não Financeira e Financeira do estado do Piauí no período 2015-2022.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Balanço Geral do Estado 2015-2022.

Apesar do crescimento real do gasto estadual piauiense no período analisado, houve uma forte desaceleração na sua variação positiva nos biênios 2016-2017 e 2017-2018, devido a aprovação pelo governo estadual da Emenda Constitucional (EC) nº 47/2016, em conformidade com a EC 95/2016 do governo federal, “estabelecendo limites individualizados para as despesas primárias correntes, com repercussão para os exercícios financeiros de 2017 a 2026” (SAIKI, 2023, p. 103). E voltando a acelerar o crescimento a partir de 2018. Mesmo com uma forte elevação do gasto no primeiro quadriênio, o que foi visto no segundo quadriênio, principalmente a partir de 2019, uma brusca queda no gasto que praticamente estabilizou seu crescimento em todo período do governo Wellington.

O montante do gasto estadual é o somatório da despesa não financeira (DNF) e da despesa financeira (DF). O montante da despesa não financeira executada foi de R\$ 14,16 bilhões, o que correspondeu a 95,09% do gasto orçamentário estadual; a despesa financeira foi de R\$ 732,24 milhões, correspondente 4,91% do total do gasto estadual em 2015; a DNF foi de R\$ 16,22 bilhões (95,93%) e a DF foi de R\$ 689,09 milhões (4,07%) no ano de 2016; a DNF de R\$ 16,23 bilhões (95,66%) e DF de R\$ 736,41 milhões (4,34%) no ano de 2017; a DNF de R\$ 16,63 bilhões (96,29%) e DF de R\$ 641,28 milhões (3,71%) em 2018; a DNF foi de R\$ 17,87 bilhões (92,80%) e a DF foi de R\$ 1,38 bilhão (7,20%) no ano de 2019; a DNF de R\$ 14,66 bilhões (95,10%) e DF de R\$ 754,8 milhões (4,90%) no ano de 2020; a DNF de R\$ 14,34 bilhões (94,64%) e DF de R\$ 811,74 milhões (7,54%) em 2021; e a DNF de R\$ 16,89 bilhões (96,09%) e DF de R\$ 688,2 milhões (3,91%) em 2022, conforme o gráfico 1.

No período analisado, o montante das despesas não financeira e financeira cresceram, respectivamente, 19,26% e -6,01%; enquanto a participação da DNF no gasto total estadual cresceu em 1,05%, a DF reduziu 20,36%.

Quando analisado a taxa de crescimento ano a ano, o montante das Despesas Não Financeira e Financeira obtiveram sentidos opostos no primeiro biênio, a primeira cresceu 14,49% e a segunda

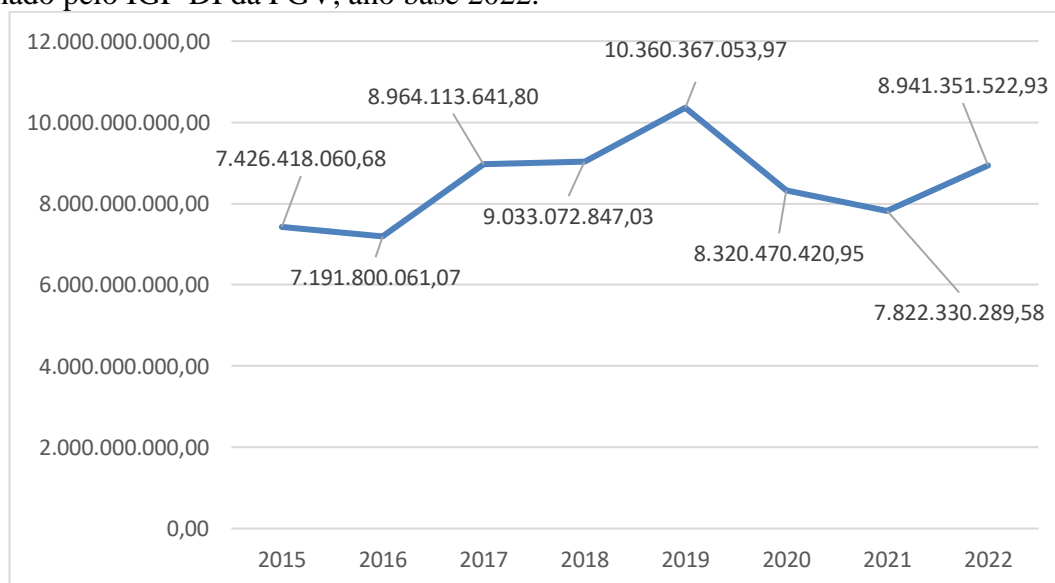
decreceu 5,89% no período 2015-2016; a DNF cresceu 0,10% e a DF 6,87% no biênio 2016- 2017, influenciado pelo início da implementação do novo regime fiscal que limitou os gastos correntes estadual e liberou os seus gastos financeiros; a DNF teve um leve crescimento de 2,47 e a DF um recuou de 12,92% no biênio 2017-2018; ambas cresceram 7,45% e 116,45%, respectivamente, no biênio 2018-2019; ambas obtiveram queda sendo a DNF 17,99% e a DF 45,62 no biênio 2019-2020; no biênio 2020-2021 a DNF reduziu 2,18% e a DF aumentou 7,54%; e no biênio 2021-2022 houve um crescimento de 17,81% na DNF e uma redução de 15,22% na DF, conforme o gráfico 3.

3.2 O destino dos gastos social e financeiro no estado do Piauí

Tendo em vista que o gasto social – somatório das despesas nas funções Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Gestão Ambiental, Desporto e Lazer, Comunicações e Direitos da Cidadania – é uma das principais áreas da despesa não financeira estadual e o gasto financeiro ou despesa financeira é a soma do Serviço da Dívida Interna e Externa estadual, qual foi o comportamento do fluxo de recursos despendidos por área do gasto e da participação de cada área nos gastos social e financeiro estadual no período 2015-2022?

O gasto social piauiense foi de R\$ 7,42 bilhões em 2015, R\$ 7,19 bilhões em 2016, R\$ 8,96 bilhões em 2017, R\$ 9,03 bilhões em 2018; R\$ 10,36 bilhões em 2019; R\$ 8,32 bilhões em 2020; R\$ 7,82 bilhões em 2021; e R\$ 8,94 bilhões em 2022, um aumento de 20,40% conforme o gráfico 4.

Gráfico 4: Comportamento do gasto social piauiense no período 2015-2022, em R\$ 1,00 e deflacionado pelo IGP-DI da FGV, ano base 2022.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Balanço Geral do Estado 2015-2022.

Em relação a taxa de crescimento ano a ano, o gasto social decresceu 3,16% no biênio 2015-

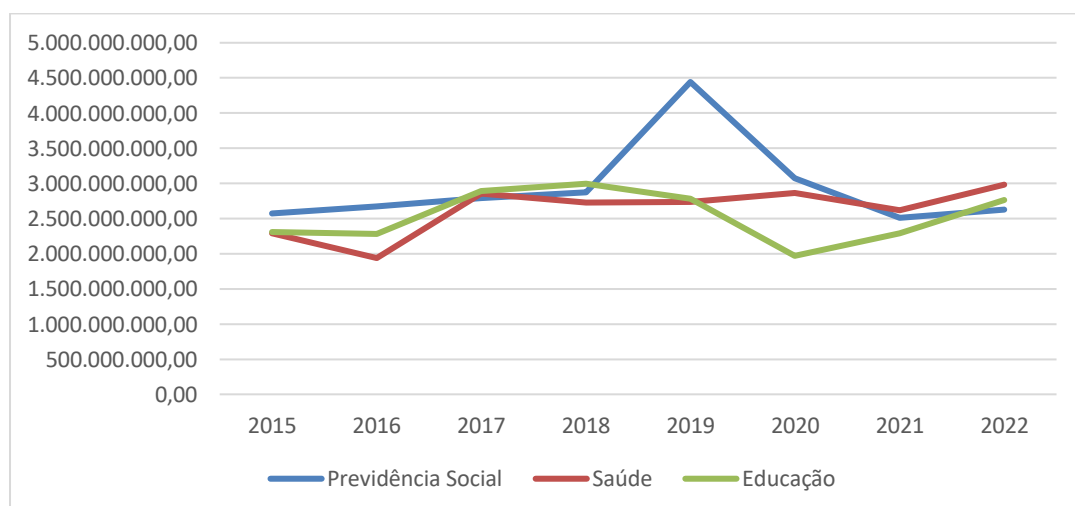
2016; cresceu de forma acelerada 24,64% em 2016-2017; manteve-se praticamente em estabilidade com um leve crescimento de 0,77% em 2017-2018; cresceu 14,69% no período 2018-2019; decresceu 19,69% no período 2019-2020; caiu 5,99% no período 2020-2021; e se recuperou com um crescimento de 14,31% no período 2021-2022. Houve uma nítida desaceleração no gasto social piauiense nesse período, principalmente de 2016 a 2018, em que entrou em vigência o novo regime fiscal federal e estadual, junto a uma brusca queda no gasto seguido de uma recuperação em 2022.

O crescimento desacelerado do gasto social piauiense priorizou quais áreas? Em termo de volume de recursos, Previdência Social, Saúde e Educação são as que recebem historicamente mais recursos. No entanto, foram priorizadas no período de 2015 a 2022, isto é, receberam o maior fluxo de recursos e aumentaram suas participações no total do gasto social? Senão quais foram as áreas priorizadas? Essa resposta será dada a partir da análise das taxas de crescimento do volume de recursos despendidos e das participações dessas três áreas e as demais do gasto no total do gasto social.

Na Previdência Social, os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 2,57 bilhões em 2015; R\$ 2,67 bilhões em 2016; R\$ 2,79 bilhões em 2017; R\$ 2,87 bilhões em 2018; R\$ 4,44 bilhões em 2019; R\$ 3,07 bilhões em 2020; R\$ 2,51 bilhões em 2021; e R\$ 2,62 bilhões em 2022, um crescimento de 2,04% no período, conforme o gráfico 5.

Os gastos cresceram 3,69% no biênio 2015-2016; de forma desacelerada atinge 4,65% em 2016-2017 e 2,88% no biênio 2017-2018; volta a acelerar seu crescimento atingindo 54,52% em 2018-2019; decresceu 30,78% no período 2019-2020; caiu 18,36% no período 2020-2021; e voltou a crescer 4,67% no período 2021-2022. Apesar do expressivo crescimento da despesa em Previdência no período analisado, somente a partir de 2018 se confirma essa forte expansão, porém voltando a decrescer em 2019.

Gráfico 5: Evolução do montante do gasto público na Previdência Social, Saúde e Educação no estado do Piauí no período 2015-2022, em R\$ 1,00 e deflacionado pelo IGP-DI da FGV, ano base 2022.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Balanço Geral do Estado 2015-2022.

Já a participação do montante dos gastos da Previdência Social no gasto social foi de 34,68% em 2015; 37,13% em 2016; 31,17% em 2017; 31,83% em 2018; 42,88% em 2019; 36,96% em 2020; 32,09% em 2021; e 29,39% em 2022, uma redução de 15,25%, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Participação de cada função no gasto social no período de 2015-2022. (%).

	AV 2015	AV 2016	AV 2017	AV 2018	AV 2019	AV 2020	AV 2021	AV 2022	AH
Previdência Social	34,68	37,13	31,17	31,83	42,88	36,96	32,09	29,39	-15,25
Saúde	30,87	26,95	31,84	30,24	26,40	34,46	33,43	33,35	8,01
Educação	31,04	31,68	32,24	33,16	26,89	23,67	29,29	30,87	-0,55
Assistência Social	0,82	0,58	0,87	1,09	0,93	1,09	1,03	1,56	91,64
Cultura	0,30	0,83	1,01	0,69	0,42	0,66	0,23	0,53	78,37
Direitos da Cidadania	0,92	1,02	1,25	1,52	0,94	0,90	0,99	1,04	12,85
Gestão Ambiental	0,57	0,53	0,20	0,26	0,18	0,19	0,22	0,26	-54,55
Ciência e Tecnologia	0,14	0,18	0,41	0,51	0,66	1,24	1,38	1,75	1111,46
Comunicações	0,52	0,87	0,86	0,42	0,53	0,70	1,06	0,77	46,15
Desporto e Lazer	0,13	0,23	0,15	0,29	0,19	0,13	0,28	0,47	262,42
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	0
Serviços da Dívida Interna	93,18	87,89	79,91	78,96	62,72	49,47	62,79	78,80	-15,43
Serviços da Dívida Externa	6,82	12,11	20,09	21,04	37,28	50,53	37,21	21,20	210,82
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	0

Fonte: Elaboração própria, com dados do Piauí (2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021; e 2022).

*AV significa avaliação vertical que expõe a participação de cada função no gasto social por ano.

**AH significa avaliação horizontal que indica a taxa de crescimento da participação de cada função no gasto social do período analisado.

Na função Saúde, o montante do gasto empenhado foi de R\$ 2,29 bilhões em 2015; R\$ 1,93 bilhão em 2016; R\$ 2,85 bilhões em 2017; R\$ 2,73 bilhões em 2018; R\$ 2,75 bilhões em 2019; R\$ 2,86 bilhões em 2020; R\$ 2,61 bilhões em 2021; e R\$ 2,98 bilhões em 2022, um

crescimento de 30,05%. O aumento do gasto estadual em saúde não pode mascarar o seu comportamento a partir de 2017, pois os gastos foram reduzidos R\$ 120 milhões em 2018 e R\$ 100 milhões em 2019, quando comparado com a despesa do ano 2017. Portanto, nos dois anos que antecederam a pandemia de Covid-19, o gasto estadual em saúde sofreu redução de 220 milhões na execução orçamentária.

Já a participação da Saúde no gasto social foi de 30,87% em 2015; 26,95% em 2016; 31,84% em 2017; 30,24% em 2018; 26,40% em 2019; 34,46% em 2020; 33,43% em 2021; e 33,35% em 2022, um aumento de 8,01%.

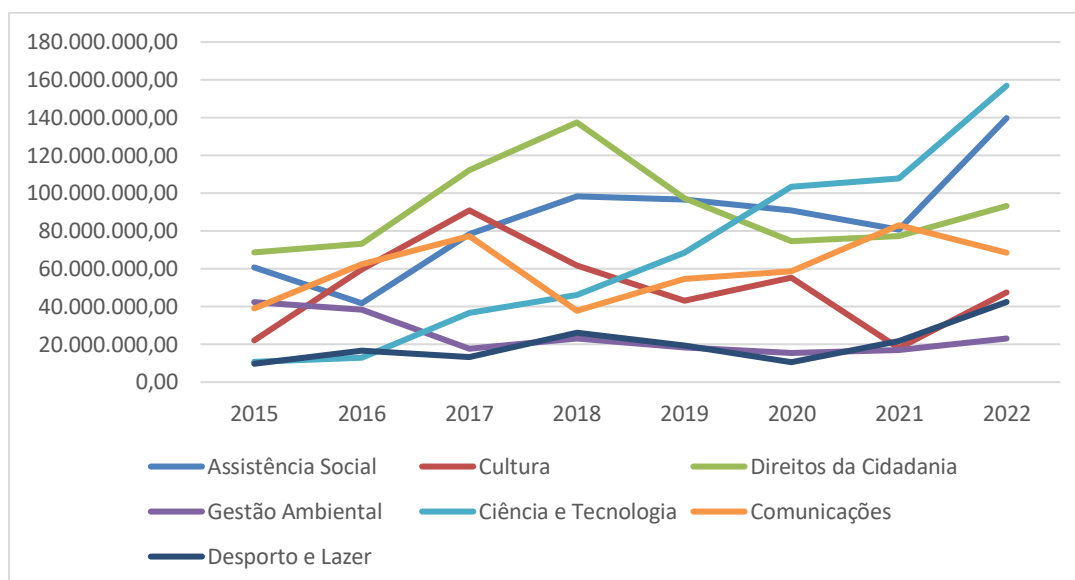
Na função Educação, os gastos empenhados foram na ordem de R\$ 2,31 bilhões em 2015; R\$ 2,78 bilhões em 2016; R\$ 2,89 bilhões em 2017; R\$ 2,99 bilhões em 2018; e R\$ 2,78 bilhões em 2019; R\$ 1,96 bilhão em 2020; R\$ 2,29 bilhões em 2021; e R\$ 2,76 bilhões em 2022, um crescimento de 19,74%. No entanto, o crescimento foi desacelerado nos biênios 2016-2017 e 2017-2018 e reduzido a partir de 2019, recuando a um patamar de gasto na educação referente ao ano de 2016.

A participação da Educação no gasto social foi de 31,04% em 2015; 31,68% em 2016; 32,24% em 2017; 33,16% em 2018; 26,89% em 2019; 23,67% em 2020; 29,29% em 2021; e 30,87% em 2022, um recuo de 0,55% no período.

Portanto, apenas Saúde e Educação, em termo de volume de recursos cresceram seus gastos orçamentários no período de 2015-2022. No entanto, Saúde e Educação, a partir do ano de 2016, tiveram o crescimento dos seus recursos desacelerados ou reduzidos pelo governo estadual piauiense, o que proporcionou uma redução nas suas participações no gasto social piauiense, demonstrado que não foram priorizadas pela gestão estadual.

No que diz respeito a taxa de crescimento do fluxo de recursos e da participação das demais funções/subfunções no gasto social e financeiro, o governo estadual do Piauí empenhou recursos na Assistência Social na ordem de R\$ 60,56 milhões em 2015; R\$ 41,75 milhões em 2016; R\$ 78,29 milhões em 2017; R\$ 98,48 milhões em 2018; R\$ 96,65 milhões em 2019; R\$ 90,98 milhões em 2020; R\$ 80,71 milhões em 2021; e R\$ 139,73 milhões em 2022, um crescimento de 130,73% nessa área do gasto social, conforme o gráfico 6.

Gráfico 6: Evolução do montante do gasto público na Assistência Social, Cultura, Direitos da Cidadania, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Comunicações e Desporto e Lazer no estado do Piauí no período 2015-2022, em R\$ 1,00 e deflacionado pelo IGP-DI da FGV, ano base 2022.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Balanço Geral do Estado 2015-2022.

Na função Cultura os recursos empenhados atingiram R\$ 22,12 milhões em 2015; R\$ 59,7 milhões em 2016; R\$ 90,9 milhões em 2017; R\$ 61,89 milhões em 2018; R\$ 43,04 milhões em 2019; R\$ 55,17 milhões em 2020; R\$ 18,01 milhões em 2021; e R\$ 47,51 milhões em 2022, um crescimento de 114,75%.

A participação da Cultura no gasto social foi de 0,30% em 2015; 0,83% em 2016; 1,01% em 2017; 0,69% em 2018; 0,42% em 2019; 0,66% em 2020; 0,23% em 2021; 0,53% em 2022, um incremento de 78,37%.

Na função Direitos da Cidadania foram empenhados recursos na ordem de R\$ 68,68 milhões em 2015; R\$ 73,3 milhões em 2016; R\$ 112,23 milhões em 2017; R\$ 137,44 milhões em 2018; R\$ 97,34 milhões em 2019; R\$ 74,50 milhões em 2020; R\$ 77,15 milhões em 2021; e R\$ 93,31 milhões em 2022, um aumento no fluxo de recurso de 35,87%.

A participação dos Direitos da Cidadania no gasto social foi de 0,92% em 2015; 1,02% em 2016; 1,25% em 2017; 1,52% em 2018; 0,94% em 2019; 0,90% em 2020; 0,99% em 2021; e 1,04% em 2022, com um crescimento de 12,85% no período analisado.

Na função Gestão Ambiental os gastos empenhados foram de R\$ 42,34 milhões em 2015; R\$ 38,28 milhões em 2016; R\$ 17,62 milhões em 2017; R\$ 23,13 milhões em 2018; R\$ 18,28 milhões em 2019; R\$ 15,43 milhões em 2020; R\$ 17,03 milhões em 2021, R\$ 23,17 milhões em 2022, uma redução de 45,28%.

A participação da Gestão Ambiental no gasto social foi de 0,57% em 2015; 0,53% em 2016; 0,20% em 2017; 0,26% em 2018; 0,18% em 2019; 0,19% em 2020; 0,22% em 2021; 0,26% em 2022, recuo de 54,55%.

Na função Ciência e Tecnologia foram empenhados recursos na ordem de R\$ 10,75 milhões em 2015; R\$ 13,06 milhões em 2016; R\$ 36,51 milhões em 2017; R\$ 46,30 milhões em 2018; R\$ 68,35 milhões em 2019; R\$ 103,51 milhões em 2020; R\$ 107,68 milhões em 2021, e R\$ 156,9 milhões em 2022, com um aumento expressivo de 1.358,58%.

A participação da Ciência e Tecnologia no gasto social foi de 0,14% em 2015; 0,18% em 2016; 0,41% em 2017; 0,51% em 2018; 0,66% em 2019; 1,24% em 2020; 1,38% em 2021; 1,75% em 2022, um crescimento de 1.111,46% no período analisado.

Na função Comunicações, os recursos empenhados foram de R\$ 38,93 milhões em 2015; R\$ 62,44 milhões em 2016; R\$ 77,25 milhões em 2017; R\$ 37,78 milhões em 2018; e R\$ 54,5 milhões em 2019; R\$ 58,62 milhões em 2020; R\$ 83,04 milhões em 2021; e R\$ 68,50 milhões em 2022, um aumento no fluxo de recursos de 75,96%.

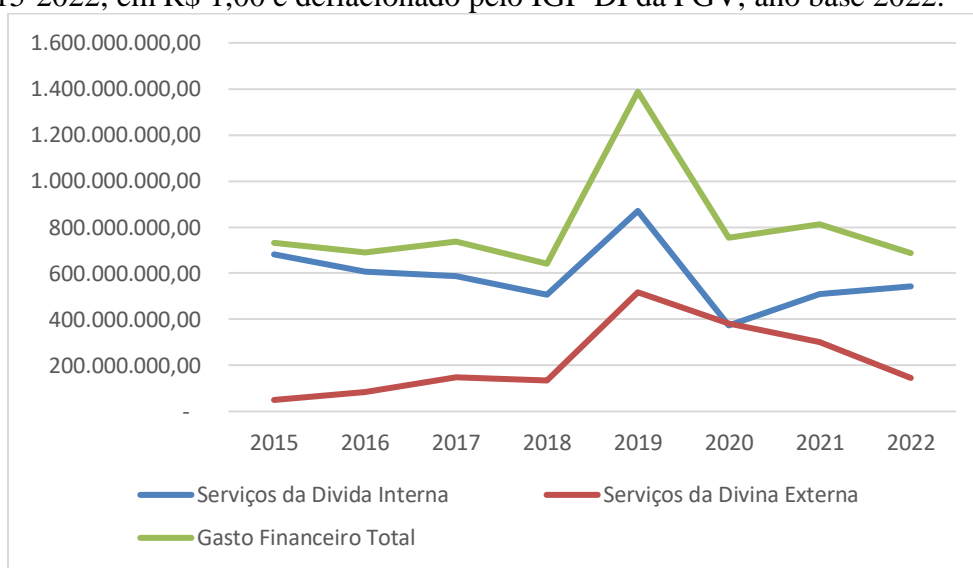
A participação das Comunicações no gasto social foi de 0,52% em 2015; 0,87% em 2016; 0,86% em 2017; 0,42% em 2018; 0,53% em 2019; 0,70% em 2020; 1,06% em 2021; 0,77% em 2022, aumentando em 46,15% no período.

Na função Desporto e Lazer os gastos empenhados foram de R\$ 9,72 milhões em 2015; R\$ 16,66 milhões em 2016; R\$ 13,36 milhões em 2017; R\$ 26,17 milhões em 2018; R\$ 19,41 milhões em 2019; R\$ 10,53 milhões em 2020; R\$ 21,83 milhões em 2021; R\$ 42,42 milhões em 2022, um crescimento de 336,35%.

A participação do Desporto e Lazer no gasto social foi de 0,13% em 2015; 0,23% em 2016; 0,15% em 2017; 0,29% em 2018; 0,19% em 2019; 0,13% em 2020; 0,28% em 2021; 0,47% em 2022, um crescimento de 262,42%.

Em relação aos gastos financeiros, o governo estadual empenhou os recursos na subfunção Serviço da Dívida Interna na ordem de R\$ 682 milhões em 2015; R\$ 606 milhões em 2016; R\$ 588 milhões em 2017; R\$ 506 milhões em 2018; R\$ 871 milhões em 2019; R\$ 373 milhões em 2020; R\$ 509 milhões em 2021; e R\$ 542 milhões em 2022, o que resultou em uma redução de 20,52% no fluxo de recursos alocados no período analisado, conforme o gráfico 5.

Gráfico 5: Evolução do montante do fluxo de recursos e do gasto financeiro no estado do Piauí no período 2015-2022, em R\$ 1,00 e deflacionado pelo IGP-DI da FGV, ano base 2022.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Balanço Geral do Estado 2015-2022.

Em relação aos gastos financeiros, a participação do Serviço da Dívida Interna foi 93,18% em 2015; 87,89% em 2016; 79,91% em 2017; 78,96% em 2018; 62,72% em 2019; 49,47% em 2020; 62,79% em 2021; e 78,80% em 2022, uma redução de 15,43% no período analisado, conforme tabela 1.

Já para o Serviço da Dívida Externa foram empenhados R\$ 50 milhões em 2015; R\$ 83 milhões em 2016; R\$ 148 milhões em 2017; R\$ 135 milhões em 2018; R\$ 517 milhões em 2019; R\$ 381 milhões em 2020; R\$ 302 milhões em 2021; e R\$ 146 milhões em 2022, um aumento significativo no fluxo de recursos de 192,13% no mesmo período.

Enquanto a participação do Serviço da Dívida Externa foi de 6,82% em 2015; 12,11% em 2016; 20,09% em 2017; 21,04% em 2018; e 37,28% em 2019; 50,53% em 2020; 37,21% em 2021; e 21,20% em 2022, um crescimento na participação de 210,82% no período 2015-2022.

Portanto, mesmo com o crescimento do volume de gastos com os serviços da dívida interna e externa, a área financeira priorizada foi a do gasto com o Serviço da Dívida Externa, com exponenciais crescimentos no volume e na sua participação no gasto financeiro.

Nesse sentido, em termos de crescimento do fluxo de recursos e da participação, as áreas sociais mais priorizadas foram Ciência e Tecnologia, Desporto e Lazer e Cultura. Em seguida, as de prioridade intermediária foram Previdência Social, Assistência Social e Direitos da Cidadania. E as de menor prioridade foram Comunicações, Educação, Saúde e Gestão Ambiental. Já na área financeira a prioridade foi para o Serviço da Dívida Interna no período 2015-2022.

3.3 Relevância dos gastos sociais e financeiros no Estado

Devido a ausência de dados para o período completo (2015-2022), foi decidido manter a coleta e análise até o ano de 2019. O objetivo desta subseção é averiguar o quanto relevante foram os gastos sociais e financeiros em relação ao PIB estadual, à população e ao gasto orçamentário do estado do Piauí.

O indicador gasto público total/PIB representa a participação do governo estadual na formação do produto interno bruto piauiense. O gasto total/PIB foi de 19,76% em 2015; 22,73% em 2016; 20,73% em 2017; 20,35% em 2018; e 23,33% em 2019, um crescimento de 18,01% no período analisado, conforme tabela 2.

Tabela 2: Relevância dos gastos sociais e financeiros do estado do Piauí no quadriênio de 2015-2018.

Piauí	2015	2016	2017	2018	2019	AH%
Gasto total / PIB (%)	19,76	22,73	20,73	20,35	23,33	18,01
Gasto social / PIB (%)	9,85	9,66	10,95	10,64	12,54	27,33
Gasto financeiro / PIB (%)	0,97	0,93	0,90	0,76	1,68	73,02
Gasto total per capita (R\$)	4.519,87	5.116,67	5.124,43	5.144,65	5.720,76	26,57
Gasto social per capita (R\$)	2.252,69	2.175,99	2.706,27	2.689,26	3.076,22	36,56
Gasto financeiro per capita (R\$)	222,12	208,50	222,32	190,92	412,15	85,56
Gasto social / gasto total (%)	49,84	42,53	52,81	52,27	53,77	7,89
Gasto financeiro / gasto total (%)	4,91	4,07	4,34	3,71	7,20	46,61
Gasto social / gasto financeiro (und.)	10,14	10,44	12,17	14,09	7,46	-26,41

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Piauí (2015; 2016; 2017; 2018; 2019); CEPRO (2022); IBGE (2022).

*AH significa avaliação horizontal que indica a taxa de crescimento de cada indicador no período analisado.

O indicador gasto social/PIB representa a participação dos gastos sociais do Estado na formação do PIB piauiense. O gasto social/PIB foi de 9,85% em 2015; 9,66% em 2016; 10,95% em 2017; 10,94% em 2018; e 12,54% em 2019, um crescimento de 27,33% no período 2015-2019.

O indicador gasto financeiro/PIB representa a participação dos gastos com o serviço da dívida pública piauiense na composição do PIB estadual. O gasto financeiro/PIB foi de 0,97% em 2015; 0,93% em 2016; 0,90% em 2017; 0,76% em 2018; e 1,68% em 2019, um crescimento de 73,02% no período.

Tomando como suporte o indicador gasto total/população (gasto total per capita), o governo estadual gastou por habitante R\$ 4.519,87 em 2015; R\$ 5.116,67 em 2016; R\$ 5.124,43 em 2017; R\$

5.144,65 em 2018; e R\$ 5.720,76 em 2019, acarretando um aumento de 26,57% no gasto público per capita.

O gasto social per capita foi de R\$ 2.252,69 em 2015; R\$ 2.175,99 em 2016; R\$ 2.706,27 em 2017; R\$ 2.689,26 em 2018; e R\$ 3.076,22, obtendo um crescimento de 36,56% no quadriênio; enquanto o gasto financeiro per capita foi de R\$ 222,12 em 2015; R\$ 208,50 em 2016; R\$ 222,32 em 2017; R\$ 190,92 em 2018; e R\$ 412,15, um expressivo aumento de 85,56% na sua taxa de crescimento no mesmo período. Os dois gastos cresceram, com destaque para o incremento do gasto financeiro per capita.

A participação do gasto social no gasto total foi de 49,84% em 2015; 42,53% em 2016; 52,81% em 2017; 52,27% em 2018; e 53,77% em 2019, significando um crescimento na participação de 7,89%; entretanto a participação do gasto financeiro no gasto total foi de 4,91% em 2015; 4,07% em 2016; 4,34% em 2017; 3,71% em 2018; e 7,20% em 2019, gerando um crescimento na participação de 46,61% no quinquênio. Portanto, ficou evidente um aumento em ambas as participações, porém, a do gasto financeiro foi incrementada quase seis vezes mais do que a do gasto social no estado do Piauí.

Em relação ao indicador Gasto Social/Gasto Financeiro, para cada real aplicado no gasto financeiro, outros R\$ 10,14 foram aplicados no gasto social em 2015; R\$ 10,44 em 2016; R\$ 12,17 em 2017; R\$ 14,09 em 2018; e R\$ 7,46 em 2019, o que representou uma redução de 26,41% dessa razão no período. Assim, o gasto financeiro cresceu numa velocidade superior ao gasto social tornando-o mais relevante na composição do gasto público piauiense no quinquênio analisado.

Considerações Finais

O objetivo dessa pesquisa foi revelar o montante, o destino e a relevância dos gastos social e financeiro na execução orçamentária piauiense no período de 2015- 2022. Dessa maneira, o montante do gasto orçamentário do estado cresceu em mais de 20%. Essa incremento foi provocada por aumento nas despesas não financeira e financeira do Piauí no período de 2019 a 2022.

Em relação ao destino do gasto social e financeiro, isto é, ao fluxo de recursos e a participação de cada função/subfunção nos gastos social e financeiro, o governo do estado do Piauí priorizou os gastos sociais nas áreas de Ciência e Tecnologia, Desporto e Lazer e Cultura. Em relação às áreas que historicamente recebem mais recursos, Previdência Social, Educação e Saúde, ficaram respectivamente na quarta, oitava e nona posições. E o gasto financeiro priorizado foi o Serviço da Dívida Interna no período analisado.

No que diz respeito a relevância, o gasto financeiro foi mais relevante porque todos os indicadores analisados demonstraram um crescimento da importância relativa do gasto financeiro em relação ao gasto social na composição do gasto orçamentário do Estado analisado.

Referências

ALENCAR JÚNIOR, O. G. **Estado e fundo público**: a disputa entre capital e trabalho no Nordeste do Brasil. Curitiba: CRV, 2021.

ALENCAR JÚNIOR, O. G.; SALVADOR, E. **Finanças, fundo público e financiamento da seguridade social no Brasil**. Revista Katálysis, Florianópolis, v.18, n.2, p.239-248, jul./dez. 2015.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BEHRING, E. R. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M.; MIOTO, R. C.T. (org). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

CHESNAIS, F. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE. **Produto Interno Bruto - PIB**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: **síntese de indicadores 2013**. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. **Estimativas de população**. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

O'CONNOR, J. **USA**: a crise do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, F. A. **Economia e política das finanças públicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.

PIAUI. SEFAZ Disponível em: <<https://portal.sefaz.pi.gov.br/balanco/2019/index.html>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

SAIKI, Tatiana M. A. **Renúncia de receita tributária**: efeito no fundo público do estado do Piauí no período de 2015 a 2021. Dissertação de mestrado defendido no Programa de Pós-Graduação em Política Pública da Universidade Federal do Piauí (2023).